

28 DE MARÇO DE 2017

Câmara avança em ranking de transparência do Observatório Cidadão

Com 20 dos 25 indicadores cumpridos integralmente, marca de 80% é a maior obtida pela Câmara desde que levantamento começou a ser feito, há cinco anos.

EM PIRACICABA (SP)

Foto: Fabrice Desmonts - MTB 22.946

[Salvar imagem em alta resolução](#)



Relatório avaliou positivamente ferramentas de transparência da Câmara

A Câmara alcançou seu melhor resultado no ranking de transparência do Observatório Cidadão, de acordo com boletim divulgado nesta segunda-feira (27). Dos 25 indicadores usados pela rede para acompanhar as ações do Legislativo municipal, 20 são cumpridos integralmente, segundo os critérios adotados pelos avaliadores.

A marca de 80% é a maior obtida pela Câmara desde que o ranking começou a ser veiculado, há cinco anos. Com base em dados de fevereiro e março de 2017, o atual levantamento é o nono da série histórica —um boletim foi divulgado em 2012, três em 2013, dois em 2014, um em 2015 e um em 2016.

Vale lembrar, no entanto, que o número de indicadores usados pelo Observatório Cidadão na avaliação aumentou ao longo dos anos. No relatório publicado em novembro de 2015, por exemplo, eram 20 itens levados em conta — a quantidade atual, 25, passou a valer desde o balanço seguinte, divulgado em junho de 2016.

A metodologia adotada pelo Observatório Cidadão confere "sim" ao indicador quando ele atende integralmente aos critérios definidos, "parcial" quando atende parcialmente e "não" quando a informação não está disponível no portal de transparência da instituição avaliada — o da Câmara está no endereço transparencia2.camarapiracicaba.sp.gov.br.

Em relação ao boletim anterior, de junho de 2016, quando o número de aspectos considerados passou de 20 para 25, fazendo com que a Câmara obtivesse "sim" em 18 deles (dos cinco indicadores acrescentados à época, quatro receberam classificação "parcial" ou "não"), o atual levantamento apresenta 20 itens avaliados como integralmente cumpridos: as novidades são os indicadores "publicação das competências" e "contratos - documentos na íntegra", que passaram de "parcial" para "sim".

Presidente da Câmara desde 2015, o vereador Matheus Erler (PTB) relaciona o resultado alcançado no ranking ao investimento do Legislativo municipal em ferramentas para garantir a transparência de suas ações. "Cumprimos todas as exigências previstas em lei e estamos em constante aprimoramento para também atender às demandas sociais. É evidente nossa busca por uma gestão pública transparente, comprovada pela melhora nos índices."

A criação do Departamento de Documentação e Arquivo em 2015, como ressalta o diretor Fábio Bragança, colaborou para a melhora da marca. Em novembro daquele ano, pela primeira vez a avaliação da Câmara teve mais "sim" (75%) do que "parcial" e "não" somados (25%) — o ranking anterior, de novembro de 2014, apontava 40% e 60%, respectivamente.

"A Câmara sempre buscou dar transparência e acesso à informação. E, nos últimos anos, aprimoramos isso com a criação do Departamento de Documentação e Arquivo, responsável pela gestão da transparência pública e do SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) e que, junto com os demais departamentos, tem elevado os índices de transparência do Poder Legislativo. Assim, a partir de 2015 é possível notar a melhora nos indicadores", comenta Bragança.

Com 100% dos pedidos por informação atendidos dentro do prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação (até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, desde que os motivos para o adiamento sejam apresentados ao solicitante), o SIC da Câmara também recebeu avaliação positiva no novo relatório do Observatório Cidadão. "O SIC atendeu a 100% dos pedidos realizados e no prazo legal. Também nenhum documento está classificado como sigiloso", destaca o boletim.

INDICADORES - O diretor do Departamento de Documentação e Arquivo, Fábio Bragança, pondera que os cinco itens avaliados como "parcial" e os três como "não" no levantamento divulgado nesta segunda-feira baseiam-se em critérios elaborados pelo próprio Observatório Cidadão, já que a Câmara cumpre os requisitos da Lei de Transparência e de Acesso à Informação e é avaliada permanentemente pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Tido como item parcialmente atendido, o "Diário Oficial", esclarece Bragança, é uma ferramenta implementada pelo Executivo, e não pelo Legislativo, e, apesar de a Câmara disponibilizar em seu site o link de acesso ao documento, o Observatório Cidadão conferiu a classificação "parcial" a esse indicador.

Em relação às informações sobre funcionários terceirizados, item também avaliado como parcialmente atendido, o diretor ressalta que o portal de transparência da Câmara já disponibiliza os contratos na íntegra, com valores, serviços prestados e prazos de vigência.

Sobre o item "[divulgação das] despesas em tempo real", que recebeu "não" no relatório, Bragança explica que a Câmara faz os lançamentos das despesas em seu sistema, que possui um tempo de ajuste de dois a três dias, o que não é considerado como "em tempo real" pelo Observatório Cidadão.

Quanto ao indicador "lista de patrimônio", o diretor esclarece que a relação já está completa e o sistema, finalizado e em fase de testes. "No máximo na próxima semana estará on-line", afirma.

Por fim, sobre o item "divulgação da agenda dos vereadores", Bragança diz que "está em estudo a implementação de um sistema complementar para disponibilizar tal ferramenta para cada parlamentar".

Texto: Ricardo Vasques - MTB 49.918